

Adiada votação sobre o parecer de Sarney

13 SET 1978

JORNAL DE SPANHA

Um pedido de vistas do senador Orestes Quêrcia, do MDB de São Paulo, adiou para hoje, às 17 horas, a votação do parecer do relator do projeto de reformas políticas, senador José Sarney, pela Comissão Mista encarregada de estudar a matéria, segundo decisão do presidente do órgão, deputado Laerte Vieira.

Na sua primeira reunião depois da sessão de instalação, no dia 29 de junho desse ano, a Comissão Mista que examina o projeto do Governo teve suspenso seus trabalhos de ontem, com os seus membros convictos de que não haverá maiores dificuldades para a aprovação do parecer do relator do senador José Sarney, apesar da forte oposição do MDB, que não aceitou a forma com que o representante arenista apresentou seu relatório.

As primeiras dificuldades surgidas na sessão de ontem, ocorreram quando o presidente da Comissão, deputado Laerte Vieira, recusou-se a receber o parecer do relator, alegando que ao modificar o texto original do projeto do Governo, o senador José Sarney havia contrariado o regimento comum do Congresso, que determina, além do prazo, que qualquer emenda constitucional deve estar apoiada por um terço dos membros da Câmara, e igual número dos membros do Senado.

Segundo o deputado Laerte Vieira, o senador José Sarney, no seu parecer, não seguiu as determinações regimentais ao introduzir no texto do projeto, inovações que não foram sugeridas pelas emendas apresentadas à Comissão Mista dentro do prazo estipulado legalmente.

O relator do projeto justificou-se, afirmando que ao apresentar o parecer com inovações não constantes nas emendas sugeridas, o fez baseado no fato de que elas seriam apreciadas pela Comissão Mista antes de serem votadas pelo plenário. Caso aprovadas pelo órgão, as emendas poderiam ser subscritas por um terço da

Câmara e do Senado, enquadrando-se, dessa forma, no regimento.

O presidente da Comissão não aceitou as ponderações do senador José Sarney, por considerá-las anti-regimentais, obrigando o relator do projeto a recorrer ao plenário, que por 14 votos contra e 6 a favor, rejeitou a decisão do deputado Laerte Vieira.

Por decisão da Arena, que é maioria na Comissão, foi dispensada a leitura do parecer do relator, acatando pedido do senador Ruy Santos (Arena-BA) que alegou ser o mesmo de conhecimento de todos os parlamentares, uma vez que publicado pela imprensa. Sob o protesto do deputado Freitas Nobre, o senador José Sarney atendeu o pedido do presidente da Comissão e leu apenas o final do seu parecer, recusando-se, antes, em retirá-lo da apreciação do plenário do órgão para enquadrá-lo no regimento interno.

As argumentações dos emedebistas Marcos Freire, Orestes Quêrcia, Alceu Collares e Freitas Nobre, de que o relator estava desrespeitando o regimento, foram rebatidas pelo próprio José Sarney, Célio Borja, Ruy Santos, Jarbas Passarinho, e Daniel Krieger, que alegaram a existência de precedentes em casos idênticos.

A surpresa na reunião de ontem, da Comissão Mista foi o discurso do senador Daniel Krieger, ex-presidente da Arena, que renunciou a esse cargo quando da edição do AI-5, em dezembro de 68. Emocionado, Krieger afirmou ao plenário que votaria favorável ao projeto de reformas políticas por considerá-lo a porta para o Estado de Direito.

Explicou, em seguida, que essa é a etapa mais completa já surgida durante os governos revolucionários rumo à democracia. Por isso, estava a favor da sua aprovação. Salientou que essa posição é idêntica a que assumiu quando da edição do AI-5, por considerar os atos, oriundos dele, ilegítimos, assim como considerava ilegal o «pacote de abril».